

1º CARTA DO COLETIVO DE PROFISSIONAIS DA ENGENHARIA FLORESTAL DO ESTADO DO PARÁ

“13 Ações Estratégicas para o Fortalecimento e Avanço da Pauta Florestal no Contexto da Sociobioeconomia, com foco em Manejo Florestal Comunitário no Estado do Pará”

Engenheiros e Engenheiras Florestais que atuam em todas as regiões do Estado do Pará, em um movimento legítimo e construtivo, tornam pública esta carta a quem interessar possa, com o objetivo de apresentar propostas estratégicas para o fortalecimento e avanço do Manejo Florestal Comunitário no Contexto da Sociobioeconomia. Tais propostas foram elaboradas e qualificadas de forma coletiva, a partir da vivência profissional, dialogando com os produtores produtoras familiares em diferentes realidades locais do território paraense.

Assim, considerando:

- As dificuldades e limitações impostas ao manejo florestal comunitário e familiar, que fragilizam assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais quanto ao uso comum, governança dos recursos naturais e geração de renda e trabalho na Amazônia Paraense. *A frase lírica porém realista “Não posso mais usar metáforas nem meias palavras. Essa floresta vai secar” do poeta Amazônida Thiago de Mello;*
- Que nós, Engenheiros e Engenheiras Florestais de todos os cantos do Estado do Pará dizemos hoje e sempre, na esperança de que a sociedade perceba que, desapartados da natureza, jamais poderemos alcançar um projeto de desenvolvimento que faça nosso povo feliz; Que acreditamos na importância e necessidade da organização e articulação política como oportunidade de construir nossa história por nossas próprias mãos, considerando a luta dos povos das florestas e das águas, e aproveitando o momento que foi conquistado por nós, povo brasileiro, onde temos um governo comprometido com nossas pautas históricas, estamos aqui não tão somente para nos comprometer e nos dedicar para a (re)construção do Brasil;
- Que desejamos defender a centralidade da Amazônia na política de desenvolvimento do país, valorizando o que temos de melhor em nossa região, nossa rica sociobiodiversidade, florestas, rios e pessoas, que faz dessa terra sua morada e compreendendo que nossa gente é a primeira e a mais interessada no debate sobre a floresta em pé, viva e produtiva.

Compartilhamos aqui 13 ações estratégicas para fortalecer e avançar com a pauta florestal no contexto da sociobioeconomia, com foco em manejo florestal comunitário no Estado do Pará:

1. Aprovação e execução da Política Estadual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar do Pará (PEMFCF) que foi elaborada coletivamente e discutida amplamente há 10 anos por diversas instituições ambientais e pela sociedade civil organizada, minutada pelo IDEFLOR-Bio, paralisada por anos na SEMAS, e atualmente, se encontra na Produradoria Geral do Estado do Pará (PGE).

2. Construção de uma plataforma virtual de informações florestais sobre iniciativas de manejo florestal no Pará (empresarial, comunitário e familiar), para que dados de pesquisas técnico-científica e extensão florestal, fiquem reunidos em um só local na rede mundial de computadores, com livre acesso, e não mais pulverizados em diferentes ambientes organizacionais, o que possibilita uma melhor difusão e disseminação das informações, a fim de chegar de forma homogênea às instituições e a população em geral.

3. Criação do PROMANEJO ESTADUAL, programa de fomento florestal com foco específico nos municípios do Pará, composto por ações estruturantes e de impacto em comunidades rurais com iniciativas promissoras sustentáveis, nas linhas de atuação das principais cadeias produtivas e de valor dos bens e serviços florestais e de incentivo a processos de pagamento por serviços ambientais justos, principalmente oriundos do Programa Federal de Pagamento Por Serviços Ambientais previsto na Lei 14.119 de 13 de janeiro de 2021, com convergência de esforços por parte do SFB (federal), IDEFLOR-Bio (estadual) e SEMMAS (municipal).

4. Ideação, elaboração, execução e monitoramento do Plano Plurianual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PPMFCE), integrado com instituições parceiras no âmbito do estado do Pará, capaz de efetivar, no intervalo de 4 anos, ações estratégicas e o cumprimento de metas, por meio de planos operacionais a serem pactuados em territórios prioritários com vocação florestal comprovada para a economia verde, associada com a geração de trabalho e renda para promoção do desenvolvimento sustentável de comunidades em áreas protegidas.

5. Criação de uma Diretoria Executiva de Manejo Florestal Comunitário e Familiar, inserindo a temática como uma linha prioritária de ação no IDEFLOR-Bio, com recursos previstos no PPA do Estado do Pará, no FUNDEFLO, nos destaques orçamentários do FNDF e em outras fontes de financiamento disponíveis, tornando efetivas as ações nas florestas comunitárias, sendo o principal meio de conservação da natureza, capaz de impulsionar a bioeconomia e o bem estar nas comunidades locais.

6. Estruturação, animação e assessoramento permanente de uma rede colaborativa de produtores familiares, organizados em associações e/ou cooperativas, com formação inicial nos municípios do norte do Pará que atuam com a comercialização dos produtos da sociobiodiversidade, permitindo aglutinar as produções florestais madeireiras e não madeireiras, com intuito de competir no mercado, a exemplo da Rede Cerne e do Observatório do Manejo Florestal Comunitário, iniciativas comunitárias e institucionais que precisam ser fortalecidas, fomentadas e monitoradas, para se tornem *cases* de sucesso na Amazônia.

7. Elaboração e implementação do Programa de Sociobioeconomia do estado do Pará, de maneira regionalizada pelo IDEFLOR-Bio, e, alinhada com o Plano de Bioeconomia do Estado do Pará - PLANBIO, capaz de inserir metas e ações que estão sendo propostas nesta carta, além de outros adendos pertinentes. Associado a isso, obter a colaboração de diversas instituições ambientais (governo, ongs e setor privado), visando a efetiva e eficiente execução do plano de ação do programa.

8. Construção de 4 centros de referência em manejo florestal comunitário e familiar (Baixo Amazonas, Xingu, Marajó e Região Metropolitana de Belém), para capacitação massiva de extrativistas, técnicos e graduandos de engenharia florestal, visando potencializar as boas práticas de uso dos recursos florestais, sendo utilizada como local de treinamento permanente pelas comunidades, composto de toda infraestrutura necessária, servindo ainda de entreposto comercial para a venda coletiva dos produtos da sociobiodiversidade, além de funcionar como espaço de debate para fortalecimento das organizações sociais comunitárias, e servir para base de pesquisas sobre os impactos nas florestas causados pelas mudanças climáticas

9. Intercâmbio de saberes empíricos e tecnológicos para a ajustes de experiências florestais ou promover o surgimento de novas iniciativas promissoras no Pará, baseado no conhecimento tradicional associado e em tecnologias sociais, para articulação de uma rede de contatos (*network*) e plataforma digital de negócios com foco no aprendizado constante, dando escala para a produção florestal e acesso a novos mercados consumidores (*trade commons*).

10. Realização de um grande evento em 2025 sobre “Sociobioeconomia” no formato de Congresso, precedido ao longo do ano de 2024 de outras modalidades de eventos regionalizados (simpósio, seminário, feira, oficina, conferência), com foco em temáticas florestais associadas ao tema, em todas as suas vertentes e categorias, sendo conduzido por órgãos florestais do poder público (IDEFLOR-Bio e SFB), com apoio de instituições parceiras.

11. Inserção na Matriz dos Cursos de Engenharia Florestal das Universidades do Pará, as disciplinas obrigatórias: 1) Manejo Florestal Comunitário; 2) SocioBioeconomia de Bens e Serviços Florestais” e 3) Gestão Territorial, assim como contemplar uma linha de pesquisa específica na Pós-Graduação sobre essas temáticas, iniciando com a oferta de especialização e evoluindo para Mestrado e Doutorado. Assim como, treinamento de Engenheiras e Engenheiros Florestais já atuantes no mercado para trabalho com populações tradicionais, a fim de proporcionar maior sensibilidade e entendimento sobre a vivência das comunidades rurais, seus hábitos, costumes e tradições. No âmbito da academia, criar oportunidade de residências florestais, com financiamento do Governo Federal e do Estado do Pará.

12. Fomento a centros locais de sociobioeconomia localizados em comunidades rurais, onde os empreendimentos de base comunitária possam ter infraestrutura necessária para articulação dos arranjos produtivos locais e o desenvolvimento competitivo de cadeias de valor dos produtos não madeireiros como açaí, castanha, cacau, miriti, óleos e tantos outros.

13. Promover amplo debate sobre um novo institucionalismo que permita a governança local e um novo modelo de manejo adaptativo para a colheita florestal, com objetivo de tornar as lideranças comunitárias como protagonistas e tomadores de decisão, dos seus próprios empreendimentos em Unidades de Conservação e Assentamentos Rurais (cogestão dos conselhos consultivos e deliberativos), e ao mesmo tempo, permitir que o manejo florestal seja adaptado a realidade comunitária, sendo publicada legislações específicas, de acordo com os modos de vida e necessidades das comunidades locais.

Belém/PA, 05 de agosto de 2023.

Assinam esta carta de proposições florestais, em ordem alfabética:

Amanda Paiva Quaresma

Servidora da Secretaria de Estado dos Povos Indígenas do Pará

Brenda Rúbia Gonçalves de Souza

Docente da UNAMA/Campus Santarém

Consultora ambiental da FUTURE Assessoria e Consultoria Ambiental LTDA

Carlos Augusto Pantoja Ramos

Consultor do Instituto Conexus

César Augusto Tenório de Lima
Professor da UFRA

Cintia da Cunha Soares
Servidora do Ideflor-Bio

Everton Cristo de Almeida
Professor da UFOPA

Fabricio Nascimento Ferreira
Analista da EMBRAPA



Jéssica Cristina Oliveira Maciel
Gerente técnica do CREA



José Maria e Souza Neto
Servidor da SEMAS

Marlon Costa de Menezes
Professor da UFPA

Pollyanna Coêlho de Sousa
Assistente de projetos do Instituto Terroá